



CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO

EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

2017

EFEITOS DOS GASTOS
DOS VISITANTES
EM 2015



República Federativa do Brasil
Michel Miguel Elias Temer Lulia - Presidente

Ministério do Meio Ambiente
José Sarney Filho - Ministro

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ricardo José Soavinski - Presidente

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)
Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Diretor

Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP)
Pedro de Castro da Cunha e Menezes - Coordenador Geral

Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST)
Paulo Eduardo Pereira Faria - Coordenador

Coordenação de Concessões e Negócios (CONCES)
Larissa Moura Diehl - Coordendadora

Divisão de Parcerias (DPAR)
Carla Cristina de Castro Guaitanele - Chefe de Divisão

Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza¹, Brijesh Thapa², Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues³, Denise Imori

1 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / Universidade da Flórida

2 Universidade da Flórida

3 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

4 Universidade de São Paulo / Secretaria de Logística e Transporte do Estado de São Paulo

Souza, T. V. S. B.; Thapa, B.; Rodrigues, C. G. O.; Imori, D.; (2017). Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília

Acesse o artigo na íntegra no site
<http://www.icmbio.gov.br/portal/publicacoes?showall=&start=5>
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente
2017

Projeto Gráfico/Diagramação
Celise Duarte

SUMÁRIO

Apresentação	6
Introdução	7
Resumo	8
Visão Geral da Análise de Efeitos Econômicos	9
Efeitos Econômicos do Turismo	10
Coleta de Dados e Métodos	11
Resultados	13
Limitações	16
Referências	17
Anexo	18

SIGLAS

- UC - Unidade de Conservação
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- MGM - Money Generation Model
- PIB - Produto Interno Bruto
- I-O - Insumo-Produto



APRESENTAÇÃO

A riqueza do patrimônio natural brasileiro nos impõe uma missão gigantesca, considerando o tamanho do país, nossa megabiodiversidade e a diversidade sociocultural das regiões nacionais. Nesse ano de 2017, em que comemoramos 10 anos de criação, reconhecemos que os bons resultados alcançados são frutos decorrentes da dedicação dos servidores do ICMBio, além das parcerias com outros órgãos públicos, iniciativa privada, sociedade civil organizada, voluntários e até a população, que também se engaja na defesa e proteção dos recursos naturais

No ano em que a ONU definiu como o Ano Internacional do Turismo Sustentável, o ICMBio apresenta seu primeiro relatório de contribuições econômicas do turismo em unidades de conservação (UCs) federais. O relatório que aqui publicamos quantifica a importância econômica para o Brasil desse serviço ambiental promovido pelas UCs. A análise prova com números que as áreas protegidas são motores do desenvolvimento econômico, uma vez que as despesas com conservação e recreação investidas nas UCs resultam em geração de empregos, renda e PIB para o Brasil. Além disso, muitas UCs estão localizadas em regiões rurais e remotas onde os impactos econômicos dos gastos de visitantes geram fontes alternativas de renda e redução da pobreza para as comunidades locais.

Ricardo José Soavinski
Presidente do ICMBio

Em 2017 o ICMBio comemora 10 anos de criação. Muito já foi feito mas há muito a se fazer ainda no objetivo de cumprirmos nossa missão de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. É um desafio de grandes proporções pois as Unidades de Conservação (UCs) Federais estão distribuídas em todos os estados brasileiros, totalizando cerca de 9% do território terrestre nacional e 2% do bioma marinho costeiro. Essas áreas conservam uma rica biodiversidade com patrimônios naturais, históricos e culturais, além de serem espaços de onde também dependem muitos brasileiros que moram dentro ou no entorno delas.

Ainda há muito a se fazer na valoração dos impactos econômicos decorrentes da implementação das unidades de conservação brasileiras. Os números do sistema, apurados em 2016, são superlativos: as UCs federais são o lar de quase 60 mil famílias extrativistas; estamos atingindo a marca de um milhão de hectares de florestas nacionais em regime de concessão, que produziram aproximadamente 170 mil m³ de madeira; cinquenta mil pesquisadores têm trabalhado nas UCs e superamos a marca de 8 milhões de visitantes. Agora, o presente relatório começa a delinear que, além da importância natural e social, nossas UCs também tem estratégica relevância econômica para o Brasil.

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro
Diretor da DIMAN

INTRODUÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável por manejar 324 unidades de conservação (UCs) que abrangem mais de 79 milhões de hectares do território nacional. Grande parte dessas áreas administradas pelo ICMBio servem como destinos recreativos para visitantes de todo o País e de outras partes do mundo.

Em férias ou em passeios de um dia, os visitantes gastam tempo e dinheiro nas comunidades de acesso aos parques. A despesa dos visitantes gera e mantém considerável atividade econômica nas comunidades de acesso às UC.

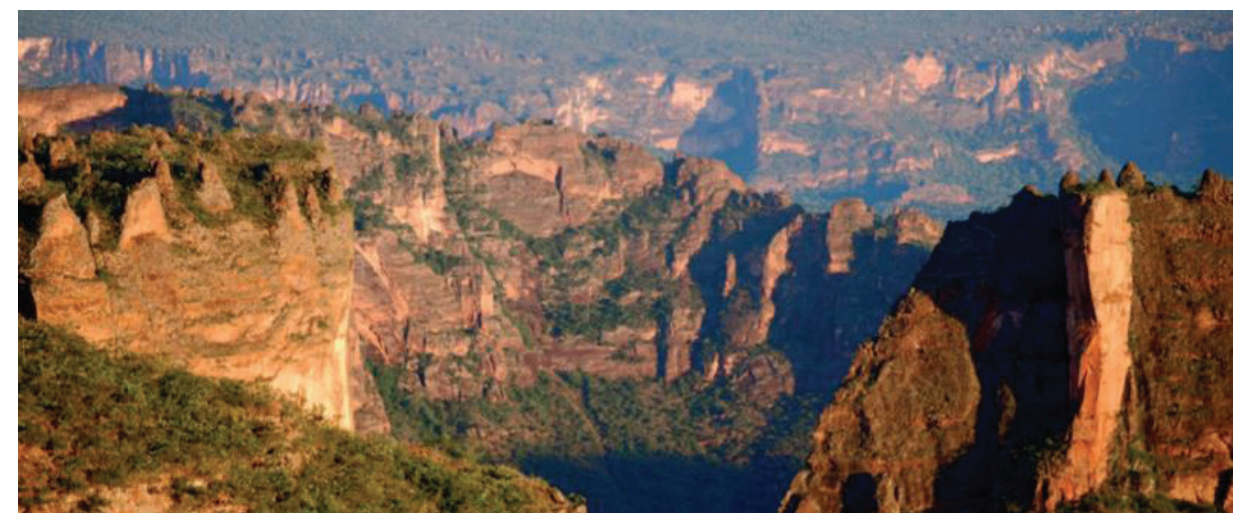
Para que a sociedade brasileira tome conhecimento da importância econômica desse serviço ambiental prestado pelas unidades de conservação, o ICMBio avaliou e está divulgando os gastos dos visitantes e seus efeitos econômicos.

O estudo é baseado na metodologia *Money Generation Model* (MGM2) (Stynes et al., 2000), desenvolvida pelo Serviço de Parques Americano, com modificações para tratar de questões específicas do Brasil. Este relatório fornece estimativas associadas à visitação em UC do ICMBio em 2015. O objetivo é in-

formar tomadores de decisão, administradores, comunidades locais e o público em geral que as UCs não são importantes apenas para a conservação, mas também como vetores de desenvolvimento sustentável gerando emprego e renda.

A visitação em UCs estabeleceu um novo patamar em 2015 com mais de 8 milhões de visitas, um aumento de 9,6% (765 mil visitas) em relação ao recorde anterior de 7,3 milhões, em 2014. Em 2015, dois parques, Tijuca e Iguaçu, tiveram mais de 1 milhão de visitas cada.

Este relatório inicia apresentando uma visão geral dos estudos de efeitos econômicos, seguida de uma descrição dos dados e métodos utilizados para a análise. As estimativas de despesa dos visitantes em 2015 e os efeitos econômicos resultantes em nível nacional são, então, apresentados. O relatório conclui com uma descrição das atuais limitações de dados. As estimativas de gastos e efeitos das UC avaliadas são apresentados no apêndice.



RESUMO

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DE EFEITOS ECONÔMICOS

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) gerencia os destinos mais belos da nação que atraem milhões de visitantes nacionais e estrangeiros. Os gastos dos turistas geram e mantêm considerável atividade econômica nas comunidades de acesso às UC. Este estudo mede os efeitos econômicos decorrentes da circulação do dinheiro gasto pelos visitantes que geram negócios e, conseqüentemente, emprego e renda.

Em 2015, as UC federais receberam mais de 8 milhões de visitas. Os visitantes gastaram R\$ 1,1 bilhão nos municípios de acesso às UC. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de 43 mil empregos, R\$ 1 bilhão em renda, R\$ 1,5 bilhão em valor agregado e R\$ 4,1 milhões em vendas. O setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta, com R\$ 267 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimen-

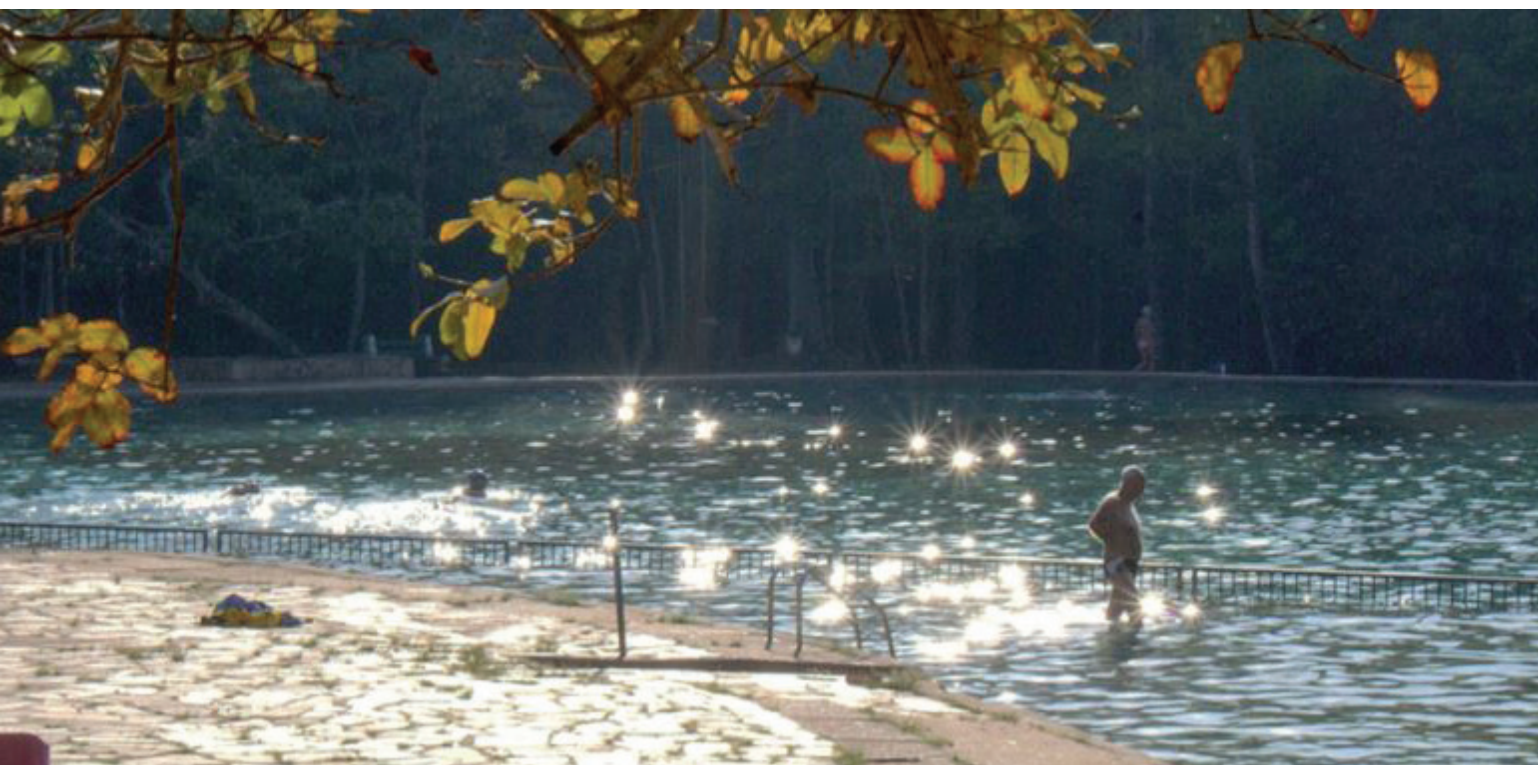
tação com R\$ 241 milhões.

A análise mostrou que cada real investido no ICMBio produziu R\$ 7 em benefícios econômicos para o Brasil. O estudo reforçou que os impactos econômicos do turismo afetam diretamente a gestão das UCs e os empreendimentos turísticos, além de afetar, indiretamente, outros tipos de negócios e comunidades locais.

Os resultados destacam a importância do turismo nas UC e nas regiões adjacentes. Investimentos adicionais em uso público em UC estimularão o crescimento da visitação e, conseqüentemente, a expansão das economias locais, gerando benefícios para as comunidades locais e assegurando o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos.

Os turistas que visitam UCs gastam dinheiro nas localidades do entorno, gerando emprego e renda nas economias locais. Economias são complexas redes de consumidores e produtores interagindo, onde bens produzidos por um setor da economia se tornam insumos para outro e, os bens produzidos por esse outro setor, também podem se tornar insumos para um terceiro setor. Assim, uma alteração na demanda final por um bem ou serviço pode gerar um efeito multiplicador em toda a economia, uma vez que as empresas comprem insumos umas das outras. Por exemplo, quando turistas visitam uma UC, gastam dinheiro para adquirir vários bens e serviços na região. As vendas, rendimentos e empregos resultantes das transações feitas diretamente aos empreendimentos turísticos locais representam os efeitos diretos da despesa dos visitantes dentro da economia. Por sua vez, os estabelecimentos turísticos devem comprar insumos de outras indústrias fornecedoras (como produtos para um restau-

rante), criando os efeitos indiretos adicionais decorrentes das despesas dos visitantes dentro da economia. Além disso, funcionários de empreendimentos turísticos e de fornecedores também gastam seus rendimentos na economia local para comprar bens e serviços, gerando os efeitos induzidos. As somas dos efeitos indiretos e induzidos são considerados os efeitos secundários dos gastos dos visitantes e, as somas dos efeitos diretos e secundários são o efeito econômico total da despesa do visitante em uma economia local. As Matrizes Econômicas de Insumos-Produtos capturam essas interações complexas entre produtores e consumidores de uma região específica e descrevem os efeitos secundários da despesa dos visitantes por meio de multiplicadores econômicos específicos (Cullinane et al., 2016).



EFEITOS ECONÔMICOS DO TURISMO

Os efeitos econômicos do turismo para as economias locais são estimados por meio do cálculo das despesas dos visitantes, por multiplicadores econômicos regionais. Duas métricas econômicas: contribuições econômicas e impactos econômicos, são possíveis de serem realizadas:

- **Contribuições econômicas** descrevem a atividade econômica bruta associada às despesas dos visitantes dos parques dentro de uma economia regional. As contribuições econômicas podem ser interpretadas como a magnitude relativa e a importância para as economias regionais da atividade econômica gerada pelos gastos dos visitantes. As contribuições econômicas são estimadas multiplicando o gasto total dos visitantes, por multiplicadores econômicos regionais. O total de gastos inclui aqueles feitos por visitantes locais e não-locais (aqueles que vêm de outros municípios).

- **Impactos econômicos** descrevem as mudanças líquidas na base econômica de uma economia regional que podem ser atribuídas ao ingresso de dinheiro novo vindo de visitantes não-locais. As estimativas de impacto econômico incluem apenas gastos com visitantes não-locais. A despesa feita por visitantes locais é excluída porque, em teoria, se os visitantes locais escolherem não visitar o parque, provavelmente gastariam uma quantidade similar dentro da economia local em outras atividades recreacionais. Os impactos econômicos podem ser interpretados como a arrecadação que, provavelmente, seria perdida pelo município se a UC não existisse.

Para estas duas métricas, são descritos

quatro tipos de efeitos econômicos regionais:

1. As **vendas** são negócios dentro da região para os visitantes.

2. Os **empregos** correspondem ao número de postos de trabalho gerados e mantidos pelas despesas turísticas. Os efeitos consideram emprego em tempo integral, tempo parcial e/ou sazonais.

3. A **remuneração** refere-se ao rendimento do proprietário e aos salários dos funcionários.

4. O **valor agregado** mede a contribuição das despesas dos visitantes para o Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia regional. O valor agregado é igual a diferença entre o valor de venda e o custo de produção do produto.

O conceito de Regiões Econômicas é utilizado para definir a abrangência dos efeitos econômicos dos gastos dos visitantes. Para isso, é necessário definir espaços territoriais apropriados em torno de cada unidade de conservação. Para o propósito desta análise, a região local foi definida como os municípios que oferecem acesso turístico à unidade, além de outros municípios adjacentes que são utilizados para pernoite dos visitantes. Somente os gastos que ocorrem nessas áreas regionais são incluídos para efeito econômico.

COLETA DE DADOS E MÉTODOS

Três dados diferentes são necessários para estimar os efeitos econômicos do gasto dos visitantes (Stynes et al., 2000):

$$\text{Efeitos Econômicos} = \text{Número de Visitantes} \times \text{Gastos dos Visitantes} \times \text{Multiplicadores}$$

Os dados foram coletados por diferentes esforços do ICMBio e os resultados são apresentados em nível nacional. Devido a sua ampla utilização nos Estados Unidos e outros países, a metodologia MGM2 (Stynes et al., 2000) foi escolhida para calcular as contribuições econômicas das UCs para a economia brasileira. As fontes de dados e os métodos usados para estimar os efeitos econômicos resultantes são descritos a seguir.

A - Número de Visitantes

As UC informam mensalmente o número de visitantes para a sede do ICMBio, em Brasília, que faz a compilação dos dados. A visitação é

permitida em todas as categorias de UC quando consideramos as atividades de educação ambiental. No entanto, das 327 UC atuais, apenas 62 relataram visitação em 2015, demonstrando que há potencial de crescimento do uso público no Brasil. Os números de visitantes apresentados no Relatório de Gestão do ICMBio de 2015 foram utilizados nessa análise (ICMBio, 2016). A visitação é medida pelo número de vezes que alguém entra na respectiva UC.

B - Gastos dos Visitantes

As UCs que reportaram visitantes em 2015 foram agrupadas em três categorias para definição de perfil de gastos dos turistas, segundo suas classes de uso recreativo (Souza, 2016). As três classes são: 1 - de Uso Extensivo, 2 - de Uso Intensivo, 3 - de Uso Altamente Intensivo.



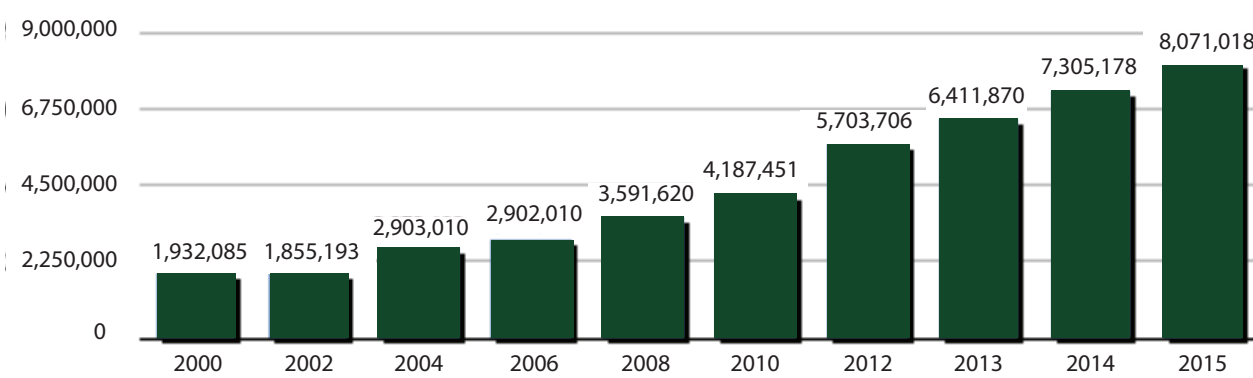
Para cada grupo, foi selecionada uma unidade para ser realizada a pesquisa com os visitantes. Para representar o perfil de gastos de visitantes em UC de Uso Extensivo foram coletados dados na Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Para as UC de Uso Intensivo foi escolhido o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e para as de Uso Altamente Intensivo, coletou-se dados no Parque Nacional da Tijuca. Para mais informações a respeito dos levantamentos veja Souza (2016).

C - Multiplicadores

Os índices nacionais e os multiplicadores foram obtidos a partir do Sistema de Matrizes de Insumo-Produto (I-O) para o Brasil

2013 - 68 setores (Guilhoto, 2015). Os dados foram formulados a partir das Contas Nacionais com base nas metodologias descritas em Guilhoto et al. (2005) e Guilhoto et al. (2010). A premissa é que a economia nacional não teve mudanças significativas entre o ano da tabela I-O (2013) e o ano da pesquisa dos gastos do visitante (2015). Uma matriz incluindo as despesas das famílias foi desenvolvida para calcular os multiplicadores de Tipo II (Souza, 2016). Os multiplicadores de Tipo II foram utilizados para calcular efeitos secundários (indiretos e induzidos).

Número de Visitantes



Desde 2000, a visitação vem crescendo de 1,9 milhão para mais de 8 milhões de visitas em 2015. Utilizando as classes de uso recreativo e perfil de gastos dos turistas, a demanda de visitantes em 2015 foi agrupada da seguinte forma:

A - Número de visitantes por segmento

Os visitantes foram divididos em dois segmentos para cada classe de uso recreativo: local e não-local. Ainda não foi possível coletar dados suficientes para definir um terceiro segmento de visitantes internacionais. Em média, com base na pesquisa, 20% eram locais e 80% não-locais.

B - Gastos dos Visitantes

O questionário de despesas dos visitantes coletou informações sobre gastos dentro das UC e no seu entorno durante toda a viagem. Os gastos foram divididos pelo número de dias na região e pelo tamanho do grupo (quando as respostas eram totais de um grupo inteiro). Então, com base na importância da UC para a decisão de visitar

a região, apenas a porcentagem informada pelo visitante foi considerada como gasto final, por visita, por dia. As médias das despesas foram organizadas por segmentos em visitas diárias. Em média, os visitantes locais gastaram R\$ 33,03 por visita, e os visitantes não-locais responderam por R\$ 160,03. Os visitantes locais gastaram mais dinheiro em refeições, transporte local e atividades. Os não-locais gastaram mais em hospedagem, refeições, combustível e atividades.



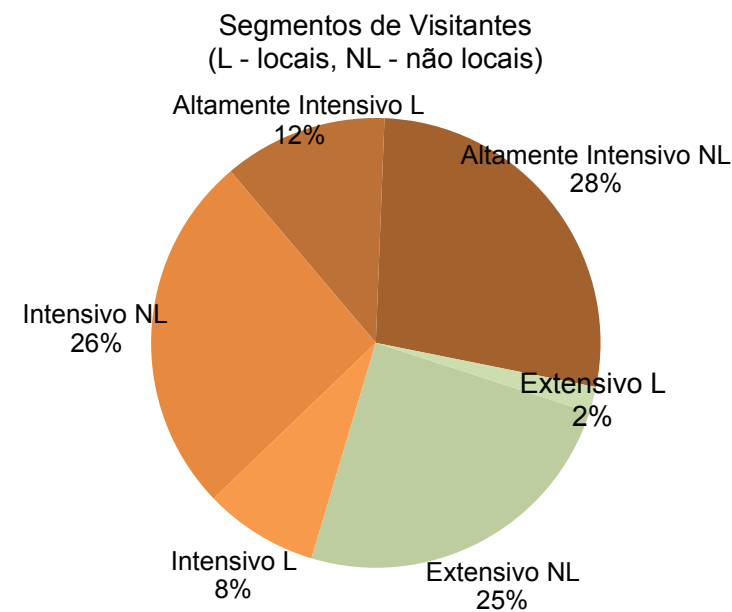
Classes de Uso Recreativo para Unidades de Conservação

UCs de Uso Extensivo são localizadas em destinos turísticos de atratividade regional e oferecem alguma estrutura de hospedagem, alimentação e serviços públicos. Em geral, a partir de uma metrópole, é necessário deslocamento aéreo, seguido de terrestre, entre uma a duas horas, para se chegar ao destino. Geralmente, a UC possui um atrativo bem conhecido ou os visitantes estão na região por diversos interesses. A UC oferece infraestrutura básica como trilhas, banheiros, acampamentos e centro de visitantes rústicos.

UCs de Uso Intensivo estão em destinos turísticos nacionais consolidados ou próximos a grandes centros urbanos. Estes destinos geralmente oferecem hospedagem de uma a cinco estrelas, grande variedade de restaurantes e lanchonetes, além de boa infraestrutura com lojas, postos de combustível, agências de turismo, hospitais, etc. O acesso é fácil e rápido por meio de voos regulares e estradas pavimentadas ou duplicadas. Em média, a unidade oferece boa infraestrutura e variedade de serviços.

UCs de Uso Altamente Intensivo estão em destinos turísticos que atraem muitos visitantes nacionais e internacionais. Esses destinos oferecem hospedagem de uma a cinco estrelas, grande variedade de restaurantes e lanchonetes, além de boa estrutura com lojas, postos de combustível, agências de turismo, hospitais, etc. O acesso é fácil e rápido por meio de voos regulares e estradas duplicadas. A UC é um dos atrativos principais, mas o destino oferece uma ampla variedade de outras atrações. A UC possui infraestrutura completa e serviços concessionados.

Número de visitantes por segmento



Gastos do Visitantes

Classes de Uso Recreativo (L - locais, NL - não locais)						
Categorias de gastos	Extensiva		Intensiva		Altamente Intensiva	
	L	NL	L	NL	L	NL
Acomodação	R\$1.00	R\$17.10	R\$0.00	R\$58.60	R\$0.00	R\$49.60
Alimentação	R\$2.00	R\$25.40	R\$19.20	R\$39.10	R\$12.60	R\$37.60
Combustível	R\$0.00	R\$23.00	R\$16.90	R\$28.80	R\$0.50	R\$39.70
Transporte Local	R\$1.00	R\$4.30	R\$1.10	R\$19.00	R\$19.90	R\$21.90
Atividades	R\$0.00	R\$2.20	R\$20.20	R\$46.60	R\$1.60	R\$39.70
Compras	R\$0.00	R\$2.60	R\$1.50	R\$9.20	R\$0.50	R\$11.90
Outros gastos	R\$0.00	R\$1.20	R\$1.10	R\$2.60	R\$0.00	R\$2.40
Gasto total por visitantes por dia	R\$4.00	R\$75.80	R\$60.00	R\$203.90	R\$35.10	R\$202.80

C - Contribuições econômicas dos Gastos dos Visitantes - Efeitos Nacionais

Esta seção relata as contribuições econômicas dos gastos dos 8 milhões de visitantes para a economia nacional em 2015. Estas contribuições são estimadas pela multiplicação da despesa total dos visitantes pelos multiplicadores econômicos nacionais. As contribuições em nível nacional são maiores do que as de nível local porque, à medida que a região econômica se expande, o montante de gastos secundários que permanece dentro desse território, aumenta, resultando em multiplicadores econômicos maiores.

As contribuições econômicas diretas consideram os efeitos diretos das despesas atribuídas, apenas, aos dias em que o

visitante esteve na UC. Elas também consideram uma taxa de captura de 100% com o pressuposto de que todos os bens são produzidos nacionalmente. Com base nessa noção, coletivamente, os visitantes gastaram R\$ 1,1 bilhão em 2015, gerando R\$ 486 milhões em Renda Pessoal, R\$ 616 milhões em Valor Agregado ao PIB e 23.813 empregos diretos. Estes valores consideram apenas as despesas locais, sem considerar o transporte até o destino.

Além disso, as contribuições econômicas totais nacionais consideram os efeitos diretos, os indiretos e os induzidos. Assim, os gastos dos 8 milhões de visitantes geraram mais de R\$ 4.1 bilhão em Vendas Totais, R\$ 1 bilhão em Renda Pessoal e R\$ 1.5 bilhão em Valor Agregado ao PIB, além de manterem 43.602 empregos, em 2015.

Contribuições econômicas dos Gastos dos Visitantes - Efeitos Nacionais

Categorias de Gastos	Vendas	Empregos	Remuneração	Valor Agregado
Acomodação	R\$267.263.915,00	5,193	R\$120.268.762,00	R\$155.013.071,00
Alimentação	R\$241.054.224,00	5,838	R\$98.832.232,00	R\$120.527.112,00
Combustível	R\$206.001.950,00	3,947	R\$94.760.897,00	R\$131.841.248,00
Transporte Local	R\$116.895.894,00	1,481	R\$40.913.563,00	R\$52.603.152,00
Atividades	R\$205.242.464,00	6,106	R\$102.621.232,00	R\$116.988.205,00
Compras	R\$52.378.025,00	1,004	R\$24.093.891,00	R\$33.521.936,00
Outros gastos	R\$13.899.841,00	244	R\$5.027.109,00	R\$6.347.594,00
Efeitos Diretos Totais	R\$ 1.102.736.313,00	23,813	R\$ 486.517.686,00	R\$ 1616.842.318,00
Efeitos Secundários	R\$2.999.166.479,00	19,789	R\$600.389.635,00	R\$884.758.978,00
Efeitos Totais	R\$ 4.101.902.792,00	43,602	R\$ 1.086.907.321,00	R\$ 1.501.601.296,00

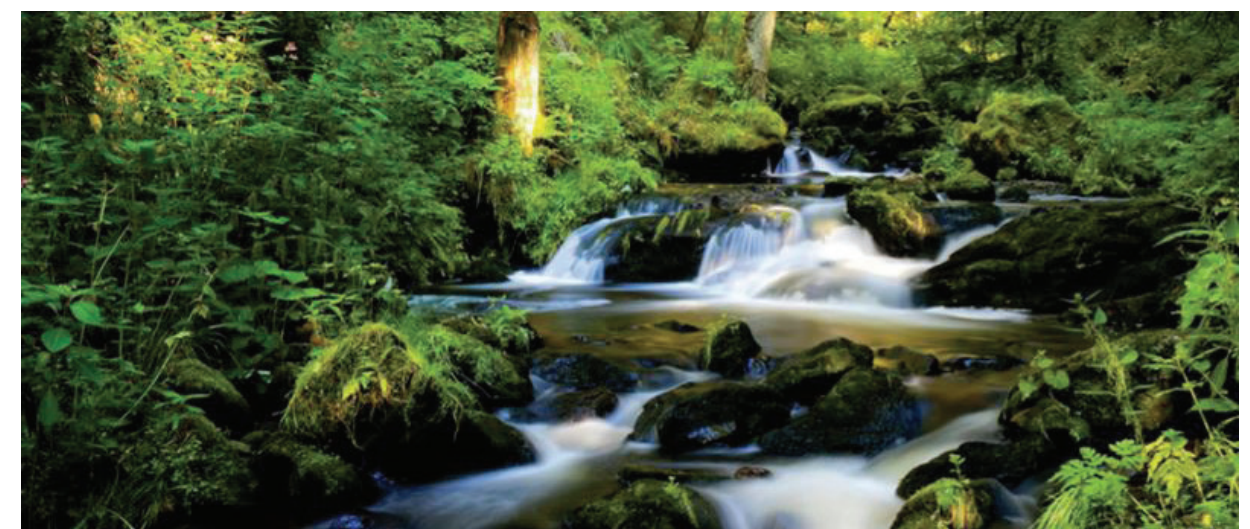
LIMITAÇÕES

As limitações das estimativas baseiam-se na precisão da coleta das três bases de dados: número de visitas, médias de gastos e multiplicadores. O dado mais importante é a estimativa de visitas, seguido pela média dos gastos e distribuição dos visitantes entre os segmentos e depois os multiplicadores (Stynes et al., 2000). Com relação aos números de visitação das UCs, esses dados foram baseados nas informações fornecidas pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP). O número total de visitantes compilados baseia-se em procedimentos de contagem que variam desde vendas de ingresso, contagem de visitantes nos portões de entrada, livro de assinatura de visitantes, agendamentos, informações das empresas de turismo e estimativas. Entre esses métodos de coleta de dados, cada UC utiliza um,

ou mais, para compilar o número total de visitantes, dependendo das configurações e do nível de demanda da UC. A respeito de gastos dos visitantes, as médias foram baseadas em três UC representativas das classes de uso recreativo. Com tamanhos de amostra modestos, os gastos dos visitantes, neste estudo, ficaram sujeitos a uma margem de erro de amostragem de 6,5% em média. O objetivo é aumentar o número e tamanho das amostras de UCs para os próximos anos. Para evitar a inflação nos gastos totais, a pesquisa diferenciou gastos de visitantes locais e não-locais, considerou visitantes sem despesas, utilizou a definição de região local e identificou viagens com mais de um destino (Crompton, 2010).

REFERÊNCIAS

- Crompton, J. (2010). Measuring the Economic Impact of Park and Recreation Services. National Recreation and Park Association, Research Series. Ashburn, VA.
- Cullinane Thomas, C., and L. Koontz. (2016). 2015 National Park visitor spending effects: Economic contributions to local communities, states, and the nation. Natural Resource Report NPS/NRSS/EQD/NRR—2016/1200. National Park Service, Fort Collins, Colorado.
- Guilhoto, J.J.M. (2015). Sistema de Matrizes de Insumo e Produto para o Brasil - 68 setores. Departamento de Economia. FEA-USP.
- Guilhoto, J.J.M., Sesso Filho U.A. (2005). "Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais". Economia Aplicada. Vol. 9. N. 2. pp. 277-299. Abril-Junho.
- Guilhoto, J.J.M., Sesso Filho U.A. (2010). "Estimação da Matriz Insumo-Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais: Aplicação e Análise de Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005". Economia & Tecnologia. UFPR/TECPAR. Ano 6, Vol 23, Outubro
- ICMBio (2016). Relatório de Gestão 2015. Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza. Brasília, DF, Brasil
- Stynes, D., Propst, D., Chang, W., & Sun, Y. (2000). Estimating National Park Visitor Spending and Economic Impacts; The MGM2 Model. Michigan State University
- Souza, T.V.S.B. (2016). Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil. University of Florida, Gainesville, FL.



Contribuições Econômicas do Turismo por Unidade de Conservação

Unidade de Conservação	Visitação 2015	Total Gastos Visitantes	Total Vendas	Total Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego
PN DA TIJUCA	2,945,355	R\$449.137.184,00	R\$1.677.773.181,00	R\$443.147.805,00	R\$612.408.226,00	17,630
PN DO IGUAÇU	1,642,093	R\$278.111.439,00	R\$1.078.610.706,00	R\$287.477.062,00	R\$396.913.277,00	11,598
PN DE JERICOACOARA	780,000	R\$55.203.720,00	R\$175.488.662,00	R\$46.034.984,00	R\$63.677.968,00	1,864
PN DE BRASÍLIA	294,682	R\$49.908.522,00	R\$193.562.216,00	R\$51.589.231,00	R\$71.228.121,00	2,081
PN DA SERRA DOS ORGÃOS	217,372	R\$36.814.991,00	R\$142.781.052,00	R\$38.054.765,00	R\$52.541.380,00	1,535
FN DE CARAJÁS	194,450	R\$13.762.004,00	R\$43.748.423,00	R\$11.476.285,00	R\$15.874.591,00	465
PN DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	174,855	R\$29.614.142,00	R\$114.853.711,00	R\$30.611.422,00	R\$42.264.519,00	1,235
PN ITATIAIA	133,801	R\$22.661.073,00	R\$87.887.343,00	R\$23.424.202,00	R\$32.341.282,00	945
PN DE APARADOS DA SERRA	106,899	R\$7.565.670,00	R\$24.050.721,00	R\$6.309.095,00	R\$8.727.065,00	255
PN DE UBAJARA	104,924	R\$7.425.891,00	R\$23.606.375,00	R\$6.192.532,00	R\$8.565.830,00	251
PN DE SÃO JOAQUIM	94,412	R\$6.681.915,00	R\$21.241.328,00	R\$5.572.122,00	R\$7.707.647,00	226
PN DE FERNANDO DE NORONHA	85,386	R\$6.043.109,00	R\$19.210.609,00	R\$5.039.414,00	R\$6.970.778,00	204
PN DA SERRA GERAL	82,440	R\$5.834.609,00	R\$18.547.802,00	R\$4.865.544,00	R\$6.730.271,00	197
PN DA SERRA DA BOCAINA	70,122	R\$11.876.142,00	R\$46.059.718,00	R\$12.276.081,00	R\$16.949.316,00	495
PN DA CHAPADA DOS VEADEIROS	56,629	R\$4.007.861,00	R\$12.740.702,00	R\$3.342.199,00	R\$4.623.102,00	135
PN DO CAPARÃO	54,548	R\$3.860.580,00	R\$12.272.507,00	R\$3.219.380,00	R\$4.453.213,00	130
PN DA SERRA DO CIPÓ	53,660	R\$3.797.733,00	R\$12.072.720,00	R\$3.166.971,00	R\$4.380.718,00	128
FN DE IPANEMA	53,281	R\$3.770.909,00	R\$11.987.450,00	R\$3.144.603,00	R\$4.349.777,00	127
PN DA SERRA DA CANASTRA	52,673	R\$3.727.879,00	R\$11.850.659,00	R\$3.108.719,00	R\$4.300.140,00	126
PN DOS LENÇÓIS MARANHENSES	40,000	R\$2.830.960,00	R\$8.999.419,00	R\$2.360.768,00	R\$3.265.537,00	96
PN DA ILHA GRANDE	36,850	R\$2.608.022,00	R\$8.290.714,00	R\$2.174.858,00	R\$3.008.376,00	88
FN DE PASSA QUATRO	30,461	R\$2.155.847,00	R\$6.853.282,00	R\$1.797.784,00	R\$2.486.788,00	73
FN DE BRASÍLIA	26,872	R\$4.551.149,00	R\$17.650.905,00	R\$4.704.413,00	R\$6.495.280,00	190

PN DA CHAPADA DIAMANTINA	21,435	R\$1.517.041,00	R\$4.822.563,00	R\$1.265.077,00	R\$1.749.920,00	51
PN DA RESTINGA DE JURUBATIBA	20,000	R\$1.415.480,00	R\$4.499.709,00	R\$1.180.384,00	R\$1.632.768,00	48
PN DE SETE CIDADES	17,303	R\$1.224.603,00	R\$3.892.923,00	R\$1.021.209,00	R\$1.412.590,00	41
PN DA SERRA DA CAPIVARA	16,238	R\$1.149.228,00	R\$3.653.314,00	R\$958.354,00	R\$1.325.645,00	39
FN DE LORENA	13,719	R\$970.949,00	R\$3.086.576,00	R\$809.685,00	R\$1.119.997,00	33
PN DO SUPERAGUI	12,711	R\$899.608,00	R\$2.859.790,00	R\$750.193,00	R\$1.037.706,00	30
PN DE ANAVILHANAS	10,684	R\$756.149,00	R\$2.403.745,00	R\$630.561,00	R\$872.225,00	26
PN MARINHO DOS ABROLHOS	5,114	R\$361.938,00	R\$1.150.576,00	R\$301.824,00	R\$417.499,00	12
PN DA LAGOA DO PEIXE	4,923	R\$348.420,00	R\$1.107.603,00	R\$290.552,00	R\$401.906,00	12
FN DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	3,832	R\$271.206,00	R\$862.144,00	R\$226.162,00	R\$312.838,00	9
FN DE RITÁPOLIS	3,459	R\$244.807,00	R\$778.225,00	R\$204.147,00	R\$282.387,00	8
FN DE TRÊS BARRAS	3,187	R\$225.557,00	R\$717.029,00	R\$188.094,00	R\$260.182,00	8
PN CAVERNAS DO PERUAÇU	2,938	R\$207.934,00	R\$661.007,00	R\$173.398,00	R\$239.854,00	7
FN DE PALMARES	2,200	R\$155.703,00	R\$494.968,00	R\$129.842,00	R\$179.605,00	5
FN DE IRATI	2,191	R\$155.066,00	R\$492.943,00	R\$129.311,00	R\$178.870,00	5
PN DO MONTE RORAIMA	2,174	R\$153.863,00	R\$489.118,00	R\$128.308,00	R\$177.482,00	5
PN DAS EMAS	1,681	R\$118.971,00	R\$378.201,00	R\$99.211,00	R\$137.234,00	4
FN DE NÍSIA FLORESTA	1,440	R\$101.915,00	R\$323.979,00	R\$84.988,00	R\$117.559,00	3
PN DA AMAZÔNIA	1,112	R\$78.701,00	R\$250.184,00	R\$65.629,00	R\$90.782,00	3
FN DE SILVÂNIA	1,110	R\$78.559,00	R\$249.734,00	R\$65.511,00	R\$90.619,00	3
PN DO JAÚ	920	R\$65.112,00	R\$206.987,00	R\$54.298,00	R\$75.107,00	2
FN DE CANELA	692	R\$48.976,00	R\$155.690,00	R\$40.841,00	R\$56.494,00	2
PN DA SERRA DO ITAJAÍ	632	R\$44.729,00	R\$142.191,00	R\$37.300,00	R\$51.595,00	2
PN GRANDE SERTÃO VEREDAS	570	R\$40.341,00	R\$128.242,00	R\$33.641,00	R\$46.534,00	1
PN DA SERRA DA BODOQUENA	389	R\$27.531,00	R\$87.519,00	R\$22.958,00	R\$31.757,00	1
FN DE PASSO FUNDO	190	R\$13.447,00	R\$42.747,00	R\$11.214,00	R\$15.511,00	0
PN DO PANTANAL MATOGROSSENSE	140	R\$9.908,00	R\$31.498,00	R\$8.263,00	R\$11.429,00	0

Tabela apresenta gastos em parques e florestas nacionais



Parceiro:



Realização:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

